

Artigo de Pesquisa

**MARIE OCTAVIE COUDREAU E A EXPLORAÇÃO DO RIO CANUMÃ:
IDEOLOGIAS GEOGRÁFICAS NA AMAZÔNIA DO COMEÇO DO
SÉCULO XX****Marie Octavie Coudreau and the exploration of the Canumã river: geographical
ideologies in the Amazon at the beginning of the 20th century**

Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim.

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – IFSP, Brasil. E-mail:
albuquerquebomfim@ifsp.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0001-7120-0710>

Recebido em 10/06/2024 e aceito em 09/08/2024

RESUMO: Predominantemente masculinos, relatos de viagens ao longo do século XIX e princípios do século passado vêm ganhando destaque em investigações sobre as circulações do conhecimento geográfico. No marco das ideologias geográficas, este artigo de pesquisa bibliográfica e documental se interessa pelas vozes não hegemônicas desses relatos. Focando as viagens à Amazônia brasileira, investiga-se a exploração da francesa Marie Octavie Coudreau (1867-1938) ao rio Canumã, no Sul Amazonense, entre 1905 e 1906. Financiada pelo governo do Amazonas, Coudreau mapeou e descreveu as características geográficas, econômicas e etnográficas da região. A análise da viagem ao Canumã provoca algumas perguntas: as motivações de sua expedição, os interesses do governo do Amazonas em suas informações, a demanda por expedições em contraste com a escassez de políticas públicas e territoriais. Objetiva-se trazer à tona as formulações de Coudreau, procurando desvelar as temáticas principais do texto, suas intenções, bases teóricas, contradições, descrições dos povos originários e tradicionais da região. Viajante europeia, cujas formulações estão marcadas por olhares racistas e deterministas, ao trabalhar para as elites políticas amazonenses, em pleno boom da economia da borracha, contribuiu para um projeto 'civilizatório' do governo desse estado. Nas entrelinhas, seu trabalho desvelou o impacto da economia da borracha, a presença de povos indígenas e tradicionais, as dinâmicas de migração e os conflitos decorrentes desses processos. A investigação sobre a viagem de Coudreau contribui para uma agenda de pesquisa objetivando novos olhares para o estudo dos papéis das mulheres viajantes, suas contribuições científicas e a análise crítica do imperialismo.

Palavras-chave: Marie Octavie Coudreau; Mulheres viajantes; Amazônia; Ideologias geográficas; Raça e meio geográfico.

ABSTRACT: Predominantly masculine, travel narratives from the 19th century and the early 20th century have gained prominence in investigations into the circulation of geographical knowledge. Within the framework of geographical ideologies, this bibliographical and documentary research article focuses on the non-hegemonic voices in these narratives. Focusing on travels to the Brazilian Amazon, it investigates the exploration by the Frenchwoman Marie Octavie Coudreau (1867-1938) of the Canumã River in Southern Amazonas between 1905 and 1906. Funded by the government of Amazonas, Coudreau mapped and described the geographical, economic, and ethnographic characteristics of the region. The analysis of the journey to Canumã raises several questions: the motivations behind her expedition, the interests of the Amazonas government in her information, the demand for expeditions in contrast with the scarcity of public and territorial policies. The objective is to bring to light Coudreau's

formulations, aiming to uncover the main themes of the text, her intentions, theoretical bases, contradictions, and descriptions of the indigenous and traditional peoples of the region. As a European traveler, whose formulations were marked by racist and deterministic views, working for the Amazonian political elites during the rubber boom, she contributed to a 'civilizing' project of that state's government. Between the lines, her work revealed the impact of the rubber economy, the presence of indigenous and traditional peoples, the dynamics of migration, and the conflicts arising from these processes. The investigation into Coudreau's journey contributes to a research agenda aimed at offering new perspectives on the study of the roles of women travelers, their scientific contributions, and the critical analysis of imperialism.

Keywords: Marie Octavie Coudreau; Women travelers; Amazon; Geographical ideologies; Race and geographic environment.

RÉSUMÉ: Principalement masculins, les récits de voyage du XIX^e siècle et du début du XX^e siècle ont gagné en importance dans les recherches sur la circulation des connaissances géographiques. Dans le cadre des idéologies géographiques, cet article de recherche bibliographique et documentaire s'intéresse aux voix non hégémoniques de ces récits. En se concentrant sur les voyages dans l'Amazonie brésilienne, il examine l'exploration par la Française Marie Octavie Coudreau (1867-1938) du fleuve Canumã, dans le sud de l'Amazonas, entre 1905 et 1906. Financée par le gouvernement de l'Amazonas, Coudreau a cartographié et décrit les caractéristiques géographiques, économiques et ethnographiques de la région. L'analyse du voyage au Canumã soulève plusieurs questions: les motivations de son expédition, les intérêts du gouvernement de l'Amazonas dans ses informations, la demande d'expéditions en contraste avec la rareté des politiques publiques et territoriales. L'objectif est de mettre en lumière les formulations de Coudreau, en cherchant à dévoiler les thèmes principaux du texte, ses intentions, ses bases théoriques, ses contradictions, et ses descriptions des peuples autochtones et traditionnels de la région. Voyageuse européenne dont les formulations étaient marquées par des regards racistes et déterministes, travaillant pour les élites politiques amazoniennes en plein essor de l'économie du caoutchouc, elle a contribué à un projet « civilisateur » du gouvernement de cet État. Entre les lignes, son travail a révélé l'impact de l'économie du caoutchouc, la présence de peuples autochtones et traditionnels, les dynamiques de migration et les conflits résultant de ces processus. L'enquête sur le voyage de Coudreau contribue à un agenda de recherche visant à offrir de nouvelles perspectives pour l'étude des rôles des femmes voyageuses, leurs contributions scientifiques et l'analyse critique de l'impérialisme.

Mots-clés: Marie Octavie Coudreau; Femmes voyageuses; Amazonie; Idéologies géographiques; Race et milieu géographique.

INTRODUÇÃO

Nas investigações sobre viajantes do século XIX e começo do século passado, Blais e Loiseaux (2022) sublinham a importância de, em contraste com personagens masculinos, aristocráticos e europeus, dar visibilidade a personagens esquecidos das grandes narrativas, como não europeus, guias, tradutores e mulheres viajantes (majoritariamente europeias) na exploração científica e na conquista territorial durante a época colonial, propiciando, assim, novas perspectivas na construção do conhecimento geográfico.

Dentre muitos viajantes que vasculharam a bacia amazônica nessa época, ou anteriormente, cita-se o nome de Marie Octavie Coudreau (1867-1938), exploradora francesa que começou suas viagens na Amazônia ao lado de seu marido, Henri Coudreau (1859-1899), pesquisador e professor do Liceu de Caiena. Mediante contratos firmados com o governo do estado do Pará, pesquisaram, catalogaram e

escreveram obras, das quais, segundo Ferretti (2017a), ela foi mais uma coautora que apenas uma colaboradora. Era hábil cartógrafa, elaborando croquis baseados em medições de distâncias e coordenadas por meio de bússola. Junto com a pioneira Teresa da Baviera, que viajou pelo Brasil em 1888 (Leite, 2015), foi uma das primeiras mulheres a fotografar a região.

Após a morte de Henri Coudreau durante uma expedição ao Rio Trombetas, findou o relato dessa viagem (Coudreau; Coudreau, 1900) e assumiu a liderança em explorações pelos rios Cuminá, Curuá, Mapuera e Maicuru, todos no Pará, entre 1900 e 1903. Completando essas viagens, esteve na França e retornou ao Brasil para uma última exploração: ao rio Canumã, financiada pelo governo do estado do Amazonas. Os livros resultantes dessas viagens (Coudreau, 1901, 1903a, 1903b, 1903c, 1906b) foram publicados pela editora A. Lahure, de Paris, que dera à luz obras de Henri Coudreau. Enquanto os livros deste eram ilustrados somente por desenhos, os de Marie Coudreau incluíam fotografias autorais. A cartografia do seu primeiro livro solo foi sistematizada por Élisée Reclus e sua equipe, no Instituto de Geografia da Universidade Nova de Bruxelas (Ferretti, 2013).

Um dos principais objetivos das viagens de Marie Coudreau, com forte viés político, era explorar alternativas e rotas para a expansão agrícola e a tomada de posse política dos territórios, num momento em que as divisões entre municípios do Pará e do Amazonas, bem como os limites entre esses estados e entre o Brasil e as potências europeias ao norte, ainda estavam sendo demarcados e disputados. Relatou as possíveis fontes de riqueza da região (com ênfase na borracha) que poderiam contribuir para a prosperidade do Pará e do Amazonas (Coudreau, 1903b, p. 23; 1906b, p. 204-206).

Algumas de suas expedições se tornaram referência para outros relatos e publicações. Por exemplo, o engenheiro Fulgencio Simões utilizou a cartografia de Coudreau (1901) do rio Curuá para um estudo sobre os limites e características sociais e econômicas do município de Alenquer (Simões, 1908). Textos científicos do Museu Paraense Emilio Goeldi basearam-se nas contribuições da viajante para abordar vocabulários indígenas, toponímias, cartografias (Snethlage, 1910) e indicações sobre espécimes botânicas para extração de látex (Huber, 1909). A expedição mais conhecida foi a do médico brasileiro Gastão Cruls (1938), realizada em 1928, que seguiu o roteiro de Coudreau no Rio Cuminá, ultrapassando o ponto onde ela encerrou sua viagem e alcançando o divisor de águas da Serra do Tumucumaque. Em contrapartida, a expedição de D'Almeida (1937) aos rios Cuminá e Trombetas, realizada sob os auspícios do Instituto Oswaldo Cruz, não menciona a exploradora francesa. Apenas no contexto francês foi possível encontrar uma referência a *Voyage au Canumã*, como parte de uma bibliografia básica para estudos brasileiros (Le Gentil, 1950, p. 283).

Caía ela, assim, no esquecimento, devido a fatores como: a rapidez dos avanços técnicos, levando à sofisticação dos levantamentos cartográficos, a profissionalização das pesquisas científicas, a sucessão rápida de expedições, além de questões de gênero e suas fundamentações racistas, mesmo para a época (Carey-Webb, 2024, p. 31). Porém, sua obra tem sido revisitada. Sua *Viagem ao Cuminá* (Coudreau, 2023)

foi traduzida para o português, num trabalho das tradutoras Torres e Marini, destacando também confusões sobre seu nome. Conforme seus livros foram publicados sob a assinatura ‘O Coudreau’, provavelmente, para ocultar o gênero, referências a ela incluem denominações como ‘Olga’, ‘Odette’ – caso de Cruls (1938) – ou ‘Octavie Renard-Coudreau’, como mencionado por Ferretti (2017a). A adoção neste artigo de seu nome completo, Marie Octavie Coudreau, visa, assim, a evitar tais equívocos, embora se mantenha nas indicações bibliográficas, ao final, a rubrica original ‘O Coudreau’, respeitando a forma como ela publicou seus livros. Outras contribuições no campo das traduções de excertos comentados de obras de Coudreau foram feitas por Santos; Marini (2022), Santos; Sales (2023) e Torres; Thomé (2023), além dos trabalhos que, sendo a obra de Coudreau direta ou indiretamente o objeto de pesquisa, aludem a ela, como os de Carey-Webb (2017; 2024), Cordeiro (2018), Farias Júnior (2016), Ferretti (2017a, 2017b), Gadenne (2012), Lefebvre (2022) e Sousa Filho (2008).

É basilar notar que, em todas as pesquisas mencionadas, investiga-se a produção textual de Marie Octavie Coudreau relativa unicamente ao Baixo Amazonas, isto é, aos rios do Pará explorados por ela, sendo *Voyage au Canumã* um livro não investigado até aqui. Portanto, por focar o Sul Amazonense, ao invés das regiões abordadas em seus primeiros livros, optou-se por eleger a derradeira obra de Coudreau como objeto de estudo.

Particularmente, a análise da viagem ao Canumã tem como pano de fundo algumas perguntas: quais fatores motivaram a expedição de Coudreau? Quais eram os interesses do governo do Amazonas em suas informações? Por que, historicamente, sucederam-se tantas expedições em contraste com a escassez de políticas públicas e territoriais? O objetivo central é trazer à tona as formulações de Coudreau em seu único livro dedicado ao Amazonas. Também, procura-se desvelar as temáticas principais do texto, suas intenções, visões de mundo, bases teóricas e contradições, além dos interesses políticos e econômicos da viagem e sua descrição e interpretação dos povos originários e tradicionais da região.

Exceto por uma expedição militar organizada em 1866 (Governo da Província do Amazonas, 1867), Coudreau realizou uma das primeiras expedições de caráter científico e descritivo a atingir os altos do rio Canumã e o rio Sucunduri, ainda hoje uma região remota do estado do Amazonas (**Figura 1**). Realizada entre 21 de agosto de 1905 e 16 de fevereiro de 1906, a expedição foi cartografada em escala 1:100.000 e fotografada, incluindo imagens de cachoeiras e moradas de seringueiros. A narrativa dessa viagem é um importante testemunho de um olhar, inegavelmente imperial e eurocêntrico, sobre a ocupação da região, materializando a necessidade de conhecimento do território por parte do Estado, conforme solicitado pelo governador do Amazonas na época, Antônio Constantino Nery. Esse anseio refletia uma demanda política nos primeiros anos da República.

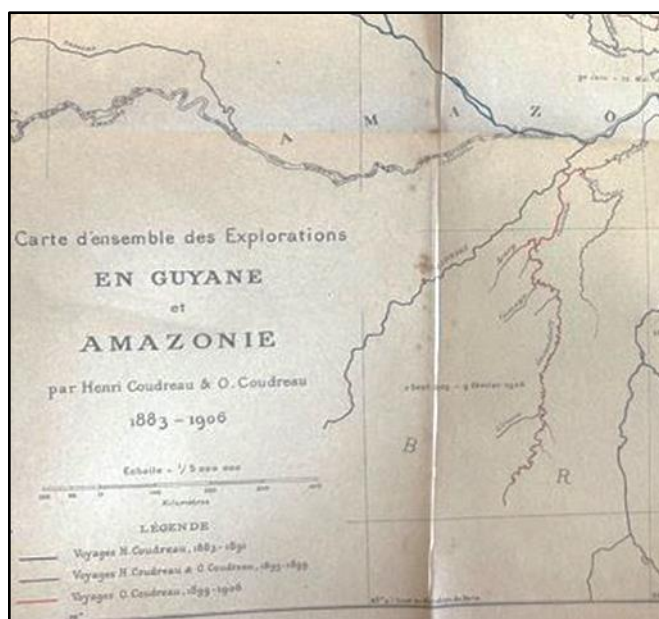


Figura 1. Detalhe do mapa de Coudreau, mostrando o trajeto da Foz do Canumã ao alto do Rio Sucunduri (destacado em vermelho). **Fonte:** Coudreau (1906b, mapas anexos).

Este texto se constitui em um artigo de pesquisa bibliográfica, elaborado a partir de fontes já existentes, tendo também um caráter documental – ambas as classificações e definições amparadas aqui em Gil (2002) –, uma vez que se debruça sobre fontes raras (os próprios livros de Marie Octavie Coudreau) e documentos de arquivos públicos.

Especificamente, além de livros impressos, artigos pesquisados em periódicos impressos e online, e materiais em acervos digitais, a pesquisa foi realizada nos seguintes acervos: Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin, Biblioteca do Museu de Zoologia (ambas da Universidade de São Paulo), Arquivo Público do Estado do Pará e Arquivo Guilherme De La Penha, do Museu Paraense Emílio Goeldi.

SABERES GEOGRÁFICOS E VIAJANTES

No campo de investigação da história da geografia, uma tradição internalista, focada na construção de narrativas internas da ciência e na celebração de personalidades e feitos passados, está sendo abandonada. Perspectivas mais amplas, que relacionam contextos históricos e sociais à produção de conhecimento, estão ganhando destaque, promovendo uma compreensão mais abrangente da história da geografia. Muitos estudos seminais têm se voltado para entender como os contextos materiais, sociais, culturais e políticos influenciam a produção teórico-conceitual na geografia (Capel, 2012; Escolar, 1996; Livingstone, 1992).

Preocupações em conhecer as práticas científicas, a influência de viagens, a circulação de ideias e intelectuais, e as circulações materiais na construção e difusão de conhecimentos ganham destaque em obras como a de Livingstone (2003). Além

disso, historiografias inclusivas têm se fortalecido por meio de perspectivas decoloniais, feministas, étnicas e raciais, e do uso e acesso a línguas não hegemônicas (Ferretti, 2022a, 2022b).

Assim, no presente artigo, adotam-se essas perspectivas e preocupações contextuais, externalistas, sem deixar de lado a lógica interna ao texto (Berdoulay, 2017), utilizando-se o conceito de “ideologias geográficas”, ou representações e discursos inseridos numa articulação (direta ou não) entre saberes geográficos, ciência e política (Moraes, 2005, p.34-45). Vejamos mais de perto, porém, outros desdobramentos teóricos de tal postura.

A vinculação entre o desenvolvimento do conhecimento geográfico e suas instituições com os processos de formação territorial dos Estados-Nação e com a construção de sentimentos de identidade e pertencimento, baseados em diferentes variantes do nacionalismo territorial (Costa, 1997; Moraes, 1991, 2000), são fundamentais. Ao considerar o processo de penetração do modo de produção capitalista numa dada realidade como eminentemente territorial e espacial, constrói-se uma teorização sobre a formação territorial como um processo de apropriação dos territórios do ponto de vista de interesses estatais. Esses interesses são geralmente traduzidos em discursos, produções textuais e práticas políticas.

No que tange aos saberes geográficos, Berdoulay (2017), Capel (2012), Lira (2018) e Moraes (2005, 2008, 2009) assinalam que, antes e durante a institucionalização de uma geografia científica, moderna e universitária, produziram-se vastos registros de conhecimentos geográficos interdependentes. Esses registros originaram-se de relatos de comerciantes, viajantes, militares, diplomatas, engenheiros, amadores e religiosos.

Além disso, discursos elaborados pelas sociedades geográficas – construídas num contexto colonial e voltadas para a formação de um corpo de conhecimentos sobre os países não europeus e o mundo tropical (Capel, 2012, p. 167) – foram veículos de elaboração e difusão de saberes geográficos. Estes envolviam a “coleta e representação dos fatos físicos e humanos” (Golledge, 2002, p. 1), formando um conjunto de conhecimentos, sistematizado em obras de divulgação como revistas, livros científicos, relatos e literatura, caracterizando, pois, ideologias geográficas.

No contexto de uma sociedade periférica no capitalismo mundial do final do século XIX (Costa, 2012), o Brasil espelhava instituições e práticas eurocêntricas. Sociedades geográficas foram replicadas no país, como o Instituto Histórico-Geográfico Brasileiro, fundado logo após a Independência, e, no final do século XIX, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e institutos histórico-geográficos regionais no Amazonas e Pará. Essas instituições, profundamente elitistas, reuniam integrantes da burocracia estatal, militares e membros das burguesias locais. Seus objetivos incluíam desde anotações de efemérides até a construção de identidades regionais e nacional, em uma historiografia que celebrava os ‘grandes heróis’ nacionais (Cardoso, 2013). Inseriam-se em um ambiente intelectual que fomentava uma identidade geográfica particular, ligada à valorização positiva e a um forte debate cultural sobre a natureza (Hardman, 2009). Segundo Pereira (2005), no Brasil, a realização de expedições e viagens foi muito escassa em comparação com os estados

centrais do capitalismo, onde havia um fascínio pelo mundo dos viajantes, deslumbramento certamente compartilhado pelas elites brasileiras.

Além do objetivo imediato de “exercício de poder dos Estados, com o objetivo de cartografar áreas e definir estratégias de ação no território pesquisado” (Romani, 2008, p. 45), as viagens e explorações foram motivadas por diversos fatores, desde o turismo (mais tardiamente, no século XX), passando pelo romantismo (na busca pelo exótico), até as expedições coloniais e científicas. Embora os dois últimos objetivos prevalecessem, frequentemente todos esses aspectos motivadores se mesclavam. As explorações visavam a coleta zoobotânica, etnografia, correlação de fenômenos, cartografia, toponímia e a catalogação de línguas autóctones (Garcia-Ramon; Nogué; Zusman, 2008; Lefebvre, 2022), com o anseio de fazer “crescer a massa de conhecimentos positivos sobre o Globo” (Malte-Brun *apud* Gonzales, 2022, p. 27).

Os olhares imperiais dessas explorações, independentemente de seus desígnios, baseavam-se na premissa de que a suposta barbárie ou incivilidade atribuída aos povos não europeus demandava uma intervenção civilizatória do ocidente. Essa intervenção só poderia ser efetivada mediante a subjugação da autonomia dessas populações. Os estereótipos civilizatórios em desfavor das populações locais, criados pelos conhecimentos eurocêntricos e difundidos nas produções científicas e culturais, levaram Edward Said (2007) a cunhar o termo “orientalismo”. Said argumentava que o mundo europeu dos estados-nações industrializados e imperialistas inventara o Oriente como um mundo de fora, contrapondo civilização e barbárie.

Apesar da originalidade e importância dessa argumentação, investigações recentes acusam tal esquema de essencialista por homogeneizar e esquematizar a visão dual, desconsiderando particularidades e intercâmbios entre dominadores e dominados (Carey-Webb, 2017; Ferretti, 2017b; Garcia-Ramon, 2016; Pratt, 1992). Essas investigações ressaltam que explorações e expedições são pautadas por trocas entre sujeitos. Além disso, Said teria desconsiderado questões de gênero (Romero Morales, 2017). Nas palavras de Garcia-Ramon, Nogué e Zusman:

Representando outras culturas e outros territórios, os escritos de viagens constroem uma topografia da alteridade, termo que se refere à diferença em todos os sentidos: outra natureza, outra história, outros indivíduos, modos e usos; eles traduzem um espaço em outro e essa [...] prática [...] implica, na realidade, em um contato cultural que torna impossível falar de espaços puros, mas sim de espaços intermediários, ou de transculturação [...]. (Garcia-Ramon; Nogué; Zusman, 2008, p. 19, tradução nossa)

As mulheres exploradoras atestam a ambiguidade desse processo de intercâmbio. Em síntese, eram mulheres viajando em contextos não europeus, vivendo tais topografias da alteridade, com intenções e/ou juízos muitas vezes bastante imperiais (Pratt, 1992). Demonstrando as ambiguidades (e a heterogeneidade) dessas viajantes, pode-se citar, a título de exemplo, desde a personalidade nômade e andarilha de Isabelle Eberhardt até Gertrude Bell e seu papel diplomático (Garcia-Ramon, 2016). E, claro, Marie Octavie Coudreau.

Marie Octavie Coudreau, enquanto escritora, cartógrafa e fotógrafa, elaboradora de saberes geográficos, considerava-se uma profissional que fazia geografia para divulgação junto “às massas” (Coudreau, 1903a, p. 1). Apesar da interdição feminina a espaços e ambientes masculinos, foi uma viajante relativamente divulgada à época, mas que se tornou uma esquecida da história, como muitas mulheres dedicadas a outras atividades e profissões. Argumenta-se que os livros das viagens de Coudreau são relevantes como documentos histórico-geográficos sob vários ângulos: etnografia, descrição dos lugares e cartografia. Esses livros foram produzidos num contexto em que questões geopolíticas entre estados do Norte do Brasil e países vizinhos estavam em destaque.

Dentro das topografias da alteridade, Coudreau, embora tivesse conhecimentos suficientes da língua portuguesa, era surda a questões e sociedades locais, portando visões pejorativas e preconceituosas, muito comuns, considerando sua época e origem. Trabalhava para as elites locais, evidenciando a ambivalência e especificidade das expedições de uma mulher europeia a serviço do governo de um estado periférico do capitalismo, durante o auge da “formação rural extrativista” (Gonçalves, 2016) – a borracha.

A seguir, debruçar-se-á sobre a Viagem ao Canumã, buscando apontar seus grandes temas, as questões teóricas que o perpassam e os contextos sociais em que a exploração se realizou. Doravante, utilizar-se-á mais apropriadamente o termo ‘exploração’ (e não ‘viagem’ ou ‘expedição’), na medida em que ela se autodenominava um ‘explorador’, no masculino:

Se eu sou explorador – e essa palavra não suporta ser feminilizada –, não é por amor à glória; a Glória é uma deusa muito inconstante e ainda mais cega que a Fortuna, não é, me perdoe meu amigo Élisée Reclus, por amor à Geografia: eu acredito que amarei muito a Geografia quando não a praticar mais (Coudreau, 1901, p. 1, tradução nossa).

Uma escolha, portanto, reveladora de mais uma ambivalência de sua figura, assim como outras características especificamente sobre a viagem ao Canumã.

A VIAGEM AO CANUMÃ: OS ESCOMBROS DA BORRACHA

Após ter completado seu ciclo de explorações no Pará, Marie Coudreau se deslocou para o Rio de Janeiro, onde Antônio Constantino Nery, governador do Amazonas de 1904 a 1908, encontrou-a, contratando-a para realizar a viagem ao rio Canumã:

Senhora [...], é necessário realizar explorações neste estado que conhecemos pouco, que não conhecemos o suficiente, e que pode se tornar um dos mais ricos da República quando suas riquezas forem conhecidas, especialmente, quando rotas permitirem avançar pelo interior de nossas magníficas florestas (Constantino Nery *apud* Coudreau, 1906b, p. 3, tradução nossa).

Nessa ocasião, ela tentou sem sucesso uma audiência com Rio Branco na capital federal devido a questões relacionadas ao traslado do corpo de Henri Coudreau (Cardoso, 2018, p. 246). Retornou à França e se engajou na Sociedade de Geografia Comercial de Paris, tornando-se sócia – talvez a última pista rastreável sobre sua vida. Ao retornar ao Brasil, passou pelo Rio de Janeiro, Belém e, finalmente, Manaus. Em tom sentimental – uma característica dos escritos de viajantes, junto à objetividade descritiva e ao anti-historicismo (Carey-Webb, 2024, p. 41) –, ela explicita sua motivação:

Em maio de 1905, fui ao Pará, sem um objetivo bem definido, pelo único prazer, creio eu, de ver a Amazônia, de respirar mais uma vez o odor – inesquecível para mim – da minha Floresta Virgem. Nós nos apegamos muito a um país quando nele sofremos. Isso é tão verdadeiro que, voltando para a França, sinto que estou deixando um pouco de mim na Grande Floresta. Oh! Um nada. No entanto, um pouco forte o suficiente para me forçar a retornar a ele. E antes de deixar o Brasil, talvez para sempre, decidi ir para Manaus, a capital do estado do Amazonas (Coudreau, 1906b, p. 1, tradução nossa).

Uma vez em Manaus, que ela comparou às grandes cidades europeias (Coudreau, 1906b, p. 2) (**Figura 2**), Coudreau rapidamente organizou os preparativos para a viagem. Embarcou em um vapor que, segundo ela, fazia uma linha regular entre a capital do estado e a vila de Canumã, embora o roteiro descrito por ela seja muito mais extenso que uma navegação direta de Manaus ao Madeira. De 21 a 26 de agosto de 1905, seguiu um percurso sinuoso (**Figura 3**), ladeando a margem esquerda do rio Amazonas e passando por Mura, Itacoatiara e Silvério Nery (possivelmente a atual Urucurituba), aliás, irmão de Constantino Nery. Somente na altura de Parintins cruzou o rio Amazonas, atingindo a ilha Tupinambarana, uma rede fluvial de ilhas unindo os rios Amazonas, Madeira e Abacaxis. O roteiro incluía os labirintos dos paranás, passando por Vila Nova de Barreirinha, Maués e Abacaxis, até Vila de Canumã, onde a exploração de fato começou, em setembro de 1905.



expedição dependia da árdua tarefa dos marinheiros, como ela denominava sua tripulação, corroborando a necessidade de trocas e contatos, embora bastante desiguais, para a realização das explorações. Tratada com mão de ferro por Coudreau, a tripulação era composta por cearenses, pernambucanos, goianos, mineiros e paraenses, alguns dos quais já haviam viajado com ela em outras expedições. Obviamente, dependia ela totalmente desses homens, que exerciam todo o tipo de função: carpinteiros, remadores, cozinheiros, caçadores. Numa relação tensa, que incluía castigos corporais (Coudreau, 1901, p. 55) e desconfiança, temia que acontecesse algo fatal com sua tripulação, pois disso dependeria sua própria vida, claro.

Ora, o tipo de deslocamento era crucial para o êxito das viagens e para a posterior confecção de relatos. Coudreau estava desacompanhada de outros viajantes europeus, imersa em uma cultura estrangeira, falando a língua local. A interação com os habitantes das regiões atravessadas era essencial, seja por razões materiais, como transporte de bagagem e busca por comida e água, ou para compreender os espaços (Lefebvre, 2022, p. 81).

É importante notar as ambiguidades de uma exploradora eurocêntrica e racista, dependente de guias – no caso do Canumã, seringueiros, comerciantes locais e indígenas Munduruku, que lhe forneciam informações ou a acompanhavam – e de tripulantes mestiços e negros, alguns deles quilombolas dos altos do Trombetas. Para Coudreau, haveria uma influência decisiva do meio sobre o homem, numa leitura eugenista e poligenista (a concepção de que as diferentes raças humanas provêm de diferentes troncos, justificando desigualdades biológicas e sociais herdadas geneticamente).

A exploradora inferiorizava, principalmente, as populações quilombolas – “mocambeiros” – que, vivendo em um “meio geográfico e climatológico” desfavorável, estariam condenadas a desaparecer (Coudreau, 1906b, p. 196). Escravos fugidos de seus antigos senhores, estariam fadados à degeneração biológica e moral, vivendo – sempre segundo a exploradora francesa – numa condição pior que quando escravizados e entregues à embriaguez, a imoralidade e a desfaçatez (Coudreau, 1903a, p.17-20).

Note-se que o determinismo geográfico, como pano de fundo teórico dos textos de Coudreau, faz parte de um efervescente debate que mobilizava a intelectualidade nacional, posicionando-a diante de um dilema. Sendo o determinismo uma relação “causal entre o homem e seu meio” (Berque, 1985, p. 100), a equação entre raças ‘inferiores’, ambiente tropical e ‘atraso’, de um lado, as riquezas naturais, a dimensão territorial e a tropicalidade eram vistas como uma chave de interpretação positiva nas “representações sobre o território e a população” (Machado, 2001, p. 312-313). Por outro lado, havia uma chave negativa, segundo a qual essas mesmas riquezas da natureza seriam exploradas de forma ineficiente, devido às características da raça – influenciada pelo meio. A resolução desse impasse passava pelas famosas teses de branqueamento do povo brasileiro.

No caso da exploração ao Sul Amazonense, a principal questão derivada desse debate dizia respeito aos indígenas. Coudreau (1906b, p. 13) os considerava como

raças “primitivas”, pertencentes a outros ramos da evolução biológica. No entanto, ao contrário das conclusões raivosas dirigidas aos quilombolas – muito presentes nos livros anteriores, já que percorreu regiões habitadas por essas populações –, interessava-se em recolher idiomas nativos e sustentava que o contato dos povos indígenas com “civilizados” e “semicivilizados” (os quilombolas) os corrompia e os degenerava. Tratava-se de uma espécie de ‘curiosidade’ paternalista, na acepção de que os indígenas viviam num estado de pureza, numa “infância da humanidade”, agora, porém, ameaçada (Souza Filho, 2008, p. 56). Assim, duas possibilidades os aguardavam: desaparecimento ou assimilação. Esse processo passava pela miscigenação com brancos e pela catequização, rejeitando a via da educação laica, proposta bastante recorrente entre os positivistas e liberais da época. Nesse sentido, Coudreau (1906b, p. 203) argumentava que a “educação democrática” somente seria coerente em havendo uma igualdade natural entre as raças, uma “igualdade absoluta, intelectual e moral”. Rejeitando, entretanto, essa ideia, consideraria ilusória a via da educação: não existiria outro caminho que não passasse pela catequização. Em seu eugenismo, ela atribuía aos mestiços características morais e físicas superiores às dos indígenas supostamente puros, valorizando especialmente a beleza das mulheres (Coudreau, 1906b, p. 94).

Dentro da lógica determinista, os brancos – portugueses e “dois italianos” na vila de Canumã (Coudreau, 1906b, p. 34) – não estavam livres do peso do meio geográfico. Referindo-se a um padre de origem portuguesa na vila, Coudreau escreveu:

[...] parece ser um homem corajoso, mas se desviou. Ele tentou converter os índios Munduruku, mas foram eles que, sem saber, o escravizaram, não se podendo negar a influência do meio; eis aqui um exemplo marcante de que o meio aniquilou a raça (Coudreau, 1906b, p. 34, tradução nossa).

Assim, a autora considerava que somente a longo prazo, medido em mais de um século, esses novos mestiços atingiriam um nível intelectual e moral satisfatório. Em seu ideal abertamente imigrancista, acreditava que os brancos também precisariam de uma aclimação lenta para, somente depois, iniciar a exploração eficiente da região, avançando para uma prática menos extrativista e mais agrícola: plantio de seringueiras, coleta e beneficiamento do látex, que ela via como a única alternativa econômica para a região.

A borracha, ao invés de ser uma atividade econômica organizada, era geograficamente difusa. Coudreau (1906b, p. 186) se indignava com o fato de seringueiros viajarem meses até o alto do Sucunduri, quando, segundo ela, haveria grandes quantidades de árvores de caucho (uma das espécies usadas para retirada de látex) bem ao lado da vila de Canumã, além de ricos castanhais. Para ela, essa dispersão geográfica do trabalho, intrínseca à economia extrativista, caracterizava uma sociedade igualmente desagregada, esmagada pela influência negativa do meio. Desde Abacaxis e Canumã até o Sucunduri, os trabalhadores da borracha formavam uma população composta por mestiços, indígenas Mundurukus e migrantes nordestinos, principalmente do Ceará.

Ao atribuir uma ineficácia econômica à região, escreveria que, à falta de trabalhadores, somar-se-iam a “preguiça” e a ausência de empenho no trabalho por parte dos mestiços, “caboclos”, exceto para suprir necessidades do dia a dia, sem preocupações com acúmulo e com o futuro (Coudreau, 1906a, p. 1). A autora identificaria, também, o que hoje se chamaria de divisão social do trabalho. Isso transparece em uma passagem singular, na qual ela associa “a prosperidade das pessoas pelas moradias” (Coudreau, 1906b, p. 98). Ao escrever sobre os seringueiros, observa:

Há a época da cabana [...], pequena (e) aberta a todos os ventos, onde o seringueiro enfrenta todas as intempéries, vive sozinho e trabalha muito. Em seguida, chega a fase do casebre; a cabana é maior, possui um quarto fechado e, claro, o telhado e as paredes do quarto são feitos de folhas de palmeira. O seringueiro, no casebre, tem geralmente um colega; ele ainda trabalha, mas menos do que o da cabana. Depois, vem a fase da casa. O seringueiro já é chamado de patrão, ele tem sua casa dividida em dois cômodos, separados por um corredor; um serve como comércio, o outro, como quarto. Atrás, há uma varanda, que se estende por toda a largura da casa, servindo como cozinha, sala de jantar, quintal etc. Esse seringueiro já tem uma companheira; ainda trabalha, mas muito pouco, pois possui de seis a dez seringueiros que trabalham para ele. Quando chega a esse estágio da casa [Figura 4], se manda colocar um piso de bambu em seus cômodos, ele tem direito a ser chamado de senhor. Finalmente, chega o período da casa de madeira, construída sobre pilares altos; é o ‘palácio’, com dois ou três cômodos. Esse seringueiro vive com a mãe de seus filhos (às vezes sua esposa legítima), além de duas ou três jovens que prestam serviços domésticos e são empregadas para fazer de tudo. Esse patrão nunca trabalha, comanda de maneira rigorosa, é brutal e desonesto, exigindo dessas pessoas o tratamento formal ‘Vossemecê’ e frequentemente o mais formal Vossa Senhoria (Coudreau, 1906b, p. 98-100).



Figura 4. Uma “casa” de seringueiros sobre palafitas. **Fonte:** Coudreau (1906b, p. 98).

O desdobramento dessa arquitetura social desvelaria a violência e a exploração da economia extrativista. Coudreau menciona como os chamados patrões impunham um

poder territorial pela bacia do Sucunduri, onde os seringueiros solitários não conseguiam escapar da condição análoga à escravidão que lhes era imposta. Em uma situação absurda, um certo Manoel Nazareth (o estereótipo do 'patrão' descrito por ela) proibiu Coudreau de navegar pelo afluente Sucundurizinho. Ela o desobedeceu e testemunhou as ruínas mais profundas da economia da borracha. Desde a localidade de Guajará (uma antiga missão católica), Coudreau (1906b, p. 40-41) notava a presença de Mundurukus trabalhando nos seringais, encontrando aldeias sem homens, muitos raptados pelos patrões, desde o baixo Madeira até o Tapajós. No Sucundurizinho, a situação era ainda mais dramática. No curso d'água, encontrou indígenas escravizados, famélicos e à beira da morte. "São trapos que não escondem a magreza, são esqueletos que caminham cambaleantes; há espanto em seus olhos; sua pele, de uma tonalidade amarelo-esverdeada, cadavérica" (Coudreau, 1906b, p. 118, tradução nossa).

É preciso notar que os indígenas tidos por Coudreau como Mundurukus puros provavelmente formavam um conjunto mais complexo, pois povos de raízes Tupi e Tupi-guarani se deslocaram historicamente entre o Madeira e o Tapajós, além de sofrer influências Caraíbas (Rocha, 2017, p. 58-60; 79-80). A própria Coudreau (1901) possuía algum conhecimento desses ramos linguísticos, demonstrando, por exemplo, as origens caribenhas dos indígenas da bacia do Cuminá (extremo noroeste do Pará). No que diz respeito aos Mundurukus, além de sua localização junto ao Tapajós, viajantes dos séculos XVIII e XIX, observaram sua presença no Madeira, em Tupinambarana, na foz dos rios Abacaxis e Canumã, e ao longo do rio Maués (Malcher, 1958, p. 12; Rocha, 2017, p. 95-97).

No entanto, é possível que Coudreau tenha sido pioneira em atribuir os cursos do Canumã e do Sucunduri como territórios Mundurukus. Essa região não era distante do alto Tapajós e do rio Juruena, na divisa entre Pará e Mato Grosso. Tal proximidade entre o Sucunduri e o Tapajós intrigava a autora desde a viagem com Henri Coudreau. Naquela ocasião, Henri mencionara os campos entre os dois rios como território de caça e morada de contingentes Mundurukus, já pressionados por 'comerciantes' vindos do rio Madeira (Coudreau, 1897, p. 36-40). Conforme ela escreve: "Lembro-me bem de que os Mundurukus nos falaram sobre o Sucunduri, onde costumavam caçar, e sobre uma maloca com cerca de trinta indígenas [...] que estaria próxima dos campos, em continuação dos [campos] de Airi, no Tapajós" (Coudreau, 1906b, p. 153, tradução nossa).

Se um dos fins políticos da viagem de Henri Coudreau (1897, p. 86) foi resolver um litígio territorial entre Mato Grosso e Pará, uma década depois, a exploração de Marie Octavie Coudreau buscava (entre outros fins) esclarecer e verificar a viabilidade do 'caminho Munduruku' para abrir uma rota de escoamento da borracha da bacia do Canumã/Sucunduri ao Tapajós, conforme o apelo de Constantino Nery a ela.

Contudo, ela falhou em dois pontos cruciais. Apesar de tentar por vários dias atravessar os campos e chegar ao "grande rio que já [conhecia]", não conseguiu (Coudreau, 1906b, p. 153). Esses campos, possivelmente compostos de vegetação de transição para a "savana" (cerrado), marcada por carrascais e campos 'sujos', indicavam um clima mais seco, segundo seu pensamento. No entanto, a mescla dessa

vegetação com a densidade da floresta equatorial impediu que fizesse o trajeto a pé, já que sua viagem fora concebida por via fluvial. Também errou na medição do ponto extremo da viagem, a cachoeira de Monte Cristo, que referenciou com a latitude 9° 30'28" sul, quando seria em torno de 7° 50' sul. Por outro lado, os outros pontos marcados por ela, Canumã (4° 0'32" sul) e a foz do Acari (5° 23'12" sul), onde o Canumã passa a ser denominado Sucunduri, foram bastante acertados, com medidas reais de 4° 2'40" sul e 5° 16'56" sul, respectivamente (Coudreau, 1906b, anexos).

Quanto às longitudes, é importante observar que eram referenciadas a partir do meridiano zero de Paris e não de Londres (Greenwich), como se consolidou internacionalmente. Assim, as longitudes calculadas de Canumã, foz do Acari e Monte Cristo foram: 61° 25'16", 62° 10'42" e 62° 42'24" a oeste de Paris. Essas mensurações são, aproximadamente, 59° 4'43", 59° 40'45" e 58° 46' a oeste de Greenwich. Fazendo a conversão da longitude a oeste de Paris (cerca de 2° 20'9" a leste de Londres) para a convenção atual, as longitudes de Coudreau corrigidas seriam: 59° 5'7" (Canumã), 59° 49'33" (Acari) e 60° 22'15" (Monte Cristo).

Esses cálculos, inequivocamente aproximados¹, demonstram as dificuldades do levantamento de campo e a relativa precisão alcançada por Coudreau, exceto, como mencionado, na localização da cachoeira de Monte Cristo. A exploradora reconhece essa dificuldade. Talvez respondendo a críticas, ela dirá que:

[...] um explorador não é um astrônomo; ele pode ter noções suficientes na teoria, mas as achará bastante insuficientes na aplicação, se for honesto consigo mesmo. No entanto, eu admito que ele seja um astrônomo distinto; então, ele terá contra si não apenas um excesso de umidade, mas a atmosfera saturada de vapor d'água comprometendo a clareza do céu. Eu gostaria de saber como ele poderá ver precisamente através da neblina que se deposita na lente [do instrumento] e o véu de névoa que cobre o céu. E mesmo que essas primeiras razões não existissem, há a floresta, a bela floresta com o seu dossel impenetrável. Assim, seria necessário derrubar árvores toda vez e permanecer vários dias no mesmo lugar, o que não é possível dada a corrida a que está sujeito um explorador. Mesmo que ele tente, encontrando uma praia propícia, realizar observações de culminação, as fadigas diárias de se levantar sob a chuva ou sob o sol o colocarão na impossibilidade de permanecer acordado. E ao dizer isso, não estou exagerando, eu experimentei isso. Um explorador só pode se permitir, tendo seus cronômetros bem ajustados, realizar medições de longitude (Coudreau, 1906b, p. 204, tradução nossa).

A despeito desses lapsos, a viagem é assinalada por toponímias bastante minuciosas, muitas das quais existem até hoje com os mesmos nomes (**Figura 5**). Nomes de lugares possivelmente dados por seringueiros ou tomados dos indígenas. Da vila de Canumã, rio acima, Coudreau anotou diversas cachoeiras e localidades, como Santo Antônio, foz do rio Acari, rio Sucunduri, Guajará, Niterói, Tucumã, Paraíso, boca do Igarapé Miriti, boca do rio Urucu, cachoeira de Piranhas, cachoeira do Tira-Temo (ou Tira-teimas), cachoeira Sucuriju, cachoeira Palhal, cachoeira de S. Jerônimo, bacia

¹ Os georreferenciamentos foram feitos por nós com base no Google Earth <https://earth.google.com/web/> e no Mapcarta <https://mapcarta.com/pt/>

do Sucundurizinho, cachoeira Rebenatado [sic] (ou Arrebenta-tudo), cachoeira Fortaleza, cachoeira Tucunaré, cachoeira das Pedras Lisas, cachoeira Gambá, foz do igarapé Moreru, cachoeira do Inferno e, finalmente, a cachoeira Monte Cristo.

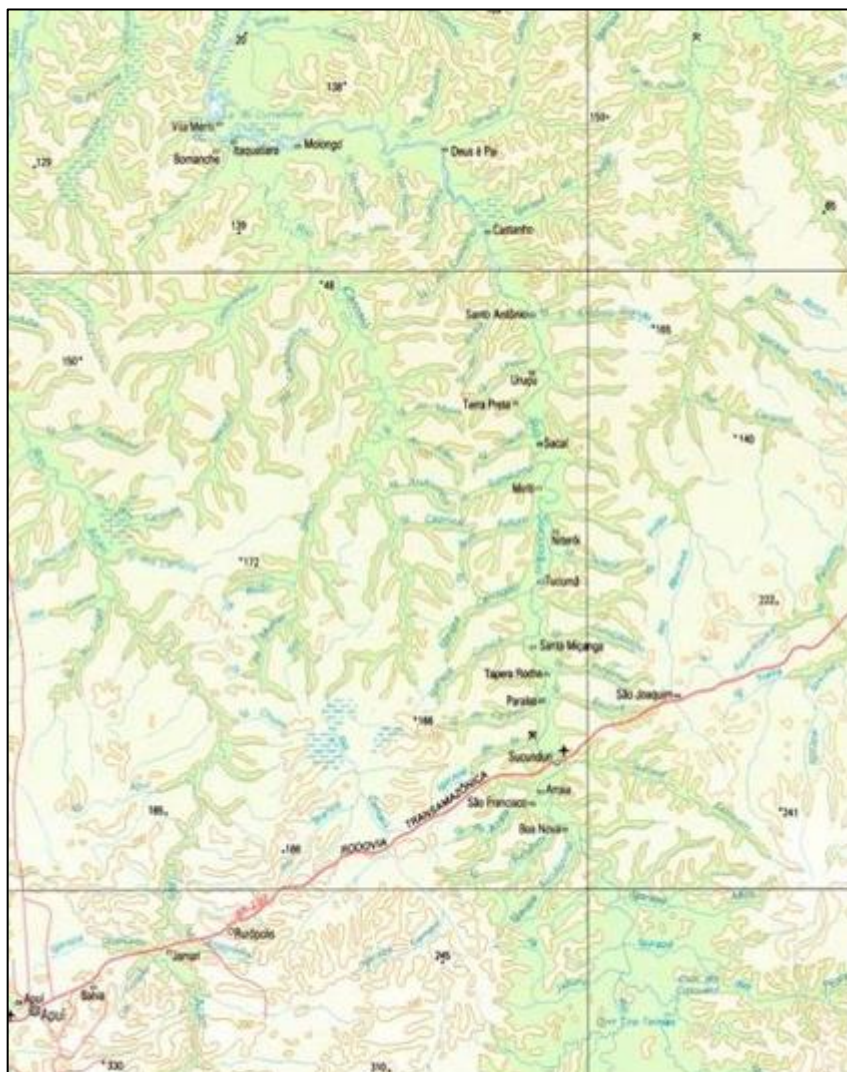


Figura 5. Detalhe de carta topográfica mostrando o curso do rio Sucunduri e a toponímia atual

Fonte: IBGE, folha topográfica ao milionésimo. Folha SB-21 “Tapajós”

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?id=6374&view=detalhes>

Ao atingir o final da sua exploração, Coudreau deixou Monte Cristo em 27 de novembro de 1905, tendo como guia no retorno o indígena Camilo, que a conduziu pelos desvios do caminho dos Mundurukus – Igarapé Miriti – e o rio Sucundurizinho. Próximo ao rio Acari, Camilo mencionou a Coudreau um curso d'água onde seus parentes (“os Mundurukus chamam uns aos outros de parentes”) haviam se estabelecido, mas que se interiorizaram para “evitar que os ‘patrões’ os procurassem e os levassem à força” (Coudreau, 1906b, p. 184).

No retorno, Coudreau permaneceu algumas semanas próxima à vila de Canumã, aguardando o transporte para Manaus. A violência parecia tocá-la, como quando relatou as condições a que eram submetidas as mulheres dos seringueiros e o terrível feminicídio de uma migrante cearense, deixada a perecer numa margem inacessível do rio Canumã, acusada de adultério (Coudreau, 1906b, p. 151-153). No entanto, ao final da trajetória, ratificou sua valoração negativa sobre os habitantes da região. Os Mundurukus recusaram-se a ensinar-lhe seu idioma, levando-a a interpretar isso como uma negação de suas identidades. Como escreveu no relatório apresentado ao Governo do Estado (um brevíssimo resumo do seu livro): “Os Mundurukus puros têm vergonha de ser índios [sic]; negá-lo-iam se houvesse necessidade. Assim, é inteiramente impossível fazê-los dizer uma única palavra em sua própria língua, o que me privou do prazer de recordar [o seu] dialeto” (Coudreau, 1906a, p. 1). Atestava, pois, sua opinião acerca do corrompimento dos indígenas no contato com brancos, o que já a tinha levado a defender a ideia de que seria melhor deixá-los isolados (Coudreau, 1901, p. 170).

Finalmente, Coudreau incentivou a exploração do caucho (*Castilla ulei*) existente em abundância nos arredores da vila, atividade abandonada em favor do extrativismo da seringueira verdadeira (*Hevea brasiliensis*) (Coudreau, 1906b, p. 190). Essa questão era controversa, pois, embora houvesse incentivo ao aumento da exploração do caucho e região do Canumã fosse riquíssima dessa espécie, nos anos seguintes, porém, descobriu-se que o produto do caucho era de qualidade inferior.

Apesar de Coudreau incitar a exploração florestal em regiões mais próximas às grandes vias de escoamento, a extrema interiorização também reforçava o mandonismo e a exploração do trabalho nesse circuito perverso. O trabalho no alto Sucunduri alimentava outro ciclo de miséria, com mulheres indígenas e mestiças sujeitas à prostituição. Como ela descreve: “cada canoa que desce [o rio] passa [na vila] duas noites, levando consigo uma ou duas dessas belezas. E esses infelizes, que acabaram de arriscar a vida nas terras altas, desperdiçam em poucos dias de orgia o trabalho de vários meses” (Coudreau, 1906b, p. 176, tradução nossa).

Não resta lugar a dúvidas que Coudreau advogava um projeto de colonização, comparável à política imperialista francesa na África. Lá, ferrovias estavam, literalmente, a pleno vapor, e a Amazônia, se não quisesse perder a concorrência no mercado internacional para as colônias francesas e britânicas, deveria investir nesses caminhos de ferro (Coudreau, 1903a, 1906b). Conforme pensava Constantino Nery, as rotas, saindo preferivelmente de Manaus e se conectando a outras vias e aos rios, otimizaria a economia do estado, sujeito a uma atividade necessariamente calcada no uso de “produtos espontâneos”. Daí o apelo a que o papel dos exploradores fosse cada vez “mais econômico que científico” (Constantino Nery *apud* Coudreau, 1906b, p. 205-206). Uma ideia, pois, de ocupação e posse da parte do estado de um vasto e desconhecido território.

Estava-se ciente da riqueza econômica do Canumã e do rio Sucunduri, cujo traçado ainda seria motivo de erros nos anos seguintes à exploração de Marie Octavie Coudreau. Um ponto chave dos elementos discutidos acima era o aproveitamento dos campos existentes entre os dois rios. Para incrementar a produção de borracha na

região do Amazonas, limítrofe ao Mato Grosso, problemática devido à falta de comunicações e à dificuldade de escoamento da borracha pelo rio Amazonas por causa das grandes distâncias, defendia-se a construção de uma via (férrea ou de rodagem) ligando o rio Tapajós ao Sucunduri (Urge Providenciar, 1910). Embora nunca concretizada, a ideia foi discutida no mesmo contexto em que, finalmente, se localizou com maior precisão, mas não definitivamente, as nascentes do Sucunduri. Nessas circunstâncias, a Comissão Rondon (oficialmente conhecida como Comissão de Linhas Telegráficas) julgou, por fim, econômica e tecnicamente inviável tal projeto.

Semelhante estrada traria enorme vantagem aos industriais de S. Manoel e do alto Tapajós; mas só conviria se não fosse muito dispendiosa, se saísse abaixo de todas as cachoeiras do Sucunduri, e se até esse ponto este rio fosse franco à navegação durante todo ano. Nada disso, porém, acontece. (Ten. Júlio Caetano *apud* Rondon, 1916, p. 244, adaptação nossa à ortografia vigente).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O então Coronel Cândido Rondon, ao destacar as críticas feitas pelo Tenente Júlio Caetano ao projeto de construção da estrada imaginada desde o governo Constantino Nery, considerou finalmente realizado o percurso, pelo seu subordinado, cerca de nove anos depois da viagem de Marie Octavie Coudreau. O interesse do governo do Amazonas (assim como do Estado brasileiro) na exploração dessa região, nos limites com o Mato Grosso, era forte o suficiente para ter suscitado, em 1911, a expedição do inglês Arnold Henry Savage Landor (1913), festejada pela Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, mas, assim como no caso de Coudreau, fracassada nesse intento de desvelar os caminhos entre o Sucunduri e o Tapajós (Rondon, 1916, p. 245).

Explorações que se sucederam tanto pelas dificuldades logísticas e técnicas, quanto pelo afã do Estado – nacional ou estadual – em revelar um território, bastante frequentado por seringueiros, mas até então uma incógnita do ponto de vista estatal, embora seu contorno (grosso modo, compreendendo o Tapajós, os campos do norte do Mato Grosso, o rio Madeira e os paranás de Tupinambarana) fosse conhecido desde o século XVIII (Rondon, 1916).

Porém, a intenção que viabilizou a exploração de Coudreau não levou jamais à consecução de políticas públicas, assim como muitos outros empreendimentos pensados na euforia da economia extrativista na região – sobretudo relativos a vias de comunicação. O estado do Amazonas iniciava um processo de regulamentação fundiária das terras ‘devolutas’, levando à necessidade de cartografar, descrever e melhor conhecer a vasta região; claro, da perspectiva territorial estatal. Mas, explorações como as de Coudreau revelaram outra face desse processo.

Voyage au Canumà foi o derradeiro relato de Marie Octavie Coudreau às esferas estatais brasileiras. Sendo um plano governamental, a exploração de Coudreau contribuiu para o reconhecimento da região, chegando próximo aos limites com o Mato Grosso. O desvelamento de suas temáticas demonstra que tal exploração revelou,

muito mais que um território desconhecido pelo estado, as migrações, presenças de indígenas e os conflitos inerentes ao contato com não originários, desigualdades socioeconômicas; enfim, iluminou a dinâmica de uma apropriação territorial muito mais complexa e móvel do que as instituições estatais imaginavam ou supunham.

Como se procurou mostrar, o determinismo geográfico de Coudreau, somado a uma leitura de mundo absolutamente eurocêntrica, condenava à estagnação as populações locais, conclamando, como solução a esse impasse, de homens curvados pelo peso do meio, ao mesmo tempo inóspito e fascinante da natureza amazônica e incapazes de explorar suas riquezas, pela urgência de um projeto de colonização. Para isso, intencionava-se criar uma narrativa civilizatória, contrapondo o 'atraso' de indígenas, seringueiros e quilombolas ao 'fausto', ao 'progresso' de Manaus (ou de Belém), para o que o uso de fotografias cumpriu um papel crucial na elaboração visual do imaginário sobre a Amazônia (Zouein, 2016). Aqui não mais que elegemos poucas fotografias para reprodução, num livro repleto delas, mas, muitas vezes, não somente dispostas aleatoriamente pelas páginas, sem conexão com o texto, como repetidas de outras publicações da autora. Da cartografia, igualmente optou-se por mostrar uma pequena parte, uma vez que o levantamento dos rios Canumã e Sucunduri foi impresso em folhas separadas (A3), tornando muito difícil uma visualização legível.

Afinal, como documento histórico, seu livro registrou aspectos sociais e econômicos de consequências percebidas até hoje (a violência dos processos de contato e de apropriação da terra), além do registro da presença antiga de povos indígenas e tradicionais.

Como um efeito reverso de um discurso em prol dos interesses estatais, o relato de Coudreau ilumina as relações entre as explorações e os interesses das classes dominantes locais, evidenciando o papel político dessa viagem feita sob encomenda. Seu texto documenta também os impactos da exploração da borracha: estruturação social, relações de trabalho e condições de vida dos seringueiros. Em outras palavras, Coudreau destacou a violência e a exploração na economia extrativista da borracha.

Por outro lado, os escritos de Coudreau nublaram as perspectivas indígenas e dos povos tradicionais, certamente, devido aos juízos permeados por preconceitos. Coudreau se encaixava no perfil, muito comum entre as viajantes, de uma mulher ocidental, "marginalizada no contexto patriarcal de seu país de origem, onde seu papel social era concebido principalmente em termos de inferioridade de gênero", mas que, nos espaços não europeus poderia trazer à superfície a percepção de uma suposta "superioridade racial [...] mais forte do que a inferioridade de gênero" (Garcia-Ramon, 2016, p. 53).

Voltando definitivamente à França, engajou-se na Sociedade de Geografia Comercial de Paris, mas pouco a pouco foi sendo esquecida. Ao fim e ao cabo, os papéis exercidos pelas mulheres viajantes, as contribuições científicas, a perspectiva histórica sobre culturas dos povos tradicionais e originários e a reflexão crítica sobre colonialismo e imperialismo ficam como agendas importantes para pesquisas futuras sobre personagens apagadas pelas grandes narrativas da história, como Marie Octavie Coudreau.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo (IFSP), que me concedeu um afastamento remunerado para qualificação (pós-doutorado) junto ao Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas da Universidade Federal do Pará.

CONTRIBUIÇÕES DOS AUTORES

Concepção: Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim. **Metodologia:** Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim. **Análise formal:** Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim. **Pesquisa:** Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim. **Recursos:** Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim. **Preparação de dados:** Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim. **Escrita do artigo:** Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim. **Revisão:** Paulo Roberto de Albuquerque Bomfim. O autor leu e concorda com a versão publicada do manuscrito.

REFERÊNCIAS

- BERDOULAY, V. **A escola francesa de geografia: uma abordagem contextual.** (Tradução de O. B. Amorim Filho). São Paulo: Perspectiva, 2017.
- BERQUE, A. Milieu, trajet de paysage et déterminisme géographique. **L'Espace géographique**, t. 14, n. 2, p. 99-104, 1985. https://www.persee.fr/doc/spgeo_0046-2497_1985_num_14_2_4009 Acesso em: 03 jun. 2024.
- BLAIS, H.; LOISEAUX, O. (Orgs.). **Visages de l'exploration au XIX^e siècle.** Du mythe à l'histoire. Paris: BnF Éditions, 2022.
- CAPEL, H. **Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea** (Edición Ampliada). Barcelona: Ediciones del Serbal, 2012.
- CARDOSO, L. P. C. **O lugar da geografia brasileira: a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro entre 1883 e 1945.** São Paulo: Annablume, 2013.
- CARDOSO, L. P. C. **Intelectuais, militares, instituições na configuração das fronteiras brasileiras (1883-1903).** São Paulo: Alameda, 2018.
- CAREY-WEBB, J. Gendered politics of empire: the female 'explorateur' and natural histories of the Amazon basin 1899-1901. **Gender, Place & Culture. A Journal of Feminist Geography**, v. 24), n. 4, p. 465-481, 2017. <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/0966369X.2017.1335288> Acesso em: 03 abr. 2024.
- CAREY-WEBB, J. **Eyes on Amazonia.** Transnational Perspectives on the Rubber Boom Frontier. Nashville: Vanderbilt University Press, 2024. Edição do Kindle.

- CORDEIRO, M. V. 'A Amazônia que eu vi'. Gastão Cruls e a produção etnográfica das sociedades indígenas dos limites do Brasil. **Faces Da História**, v. 5, n. 2, p. 47-63, 2018. <https://seer.assis.unesp.br/index.php/facesdahistoria/article/view/1134> Acesso em: 07 set. 2023.
- COSTA, W. M. da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997.
- COUDREAU, H. **Voyage au Tapajoz**. 28 juillet 1895-7 janvier 1896. Paris: A. Lahure, 1897.
- COUDREAU, H.; COUDREAU, O. **Voyage au Trombetas**. 7 août 1899-25 novembre 1899. Paris: A. Lahure, 1900.
- COUDREAU, O. **Voyage au Cuminà**. 20 Avril 1900-7 Septembre 1900. Paris: A. Lahure, 1901.
- COUDREAU, O. **Voyage au Curua**. 20 novembre 1900-7 mars 1901. Paris: A. Lahure, 1903a.
- COUDREAU, O. **Voyage a la Mapuerá**. 21 avril 1901-24 décembre 1901. Paris: A. Lahure, 1903b.
- COUDREAU, O. **Voyage au Maycurú**. 5 juin 1902-12 janvier 1903. Paris: A. Lahure, 1903c.
- COUDREAU, O. Relatório apresentado ao Governo do Estado por O. Coudreau sobre a exploração dos Rios Canumã, Sucundury etc. **Jornal do Commercio**, Manaus, ano 3, ed. 674-675, 13-14 mai. 1906a. https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=170054_01&Pesq=sucundur y&pagfis=3219 Acesso em: 05 jun. 2024.
- COUDREAU, O. **Voyage au Canumã**. 21 août 1905-16 février 1906. Paris: A. Lahure, 1906b.
- COUDREAU, (M.) O. **Viagem ao Cuminá**. 20 de abril a 07 de setembro de 1900 (Tradução de M-H. C. Torres e C. P. Marini). Belém: Editora Pública Dalcídio Jurandir, 2023.
- CRULS, G. **A Amazônia que eu vi**. Óbidos-Tumucumaque. 2 ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. <https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/195> Acesso em: 07 set. 2023.
- D'ALMEIDA, R. F. Excursão científica aos rios Cuminá e Trombetas. **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**, v. 32. n. 2, 1937. <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/48674> Acesso em: 07 set. 2023.
- ESCOLAR, M. **Crítica do discurso geográfico**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- FARIAS JÚNIOR, E. de A. **Megaprojetos inconcludentes e territórios conquistados: diferentes processos sociais de territorialização da comunidade quilombola de Cachoeira Porteira, Oriximiná, Pará**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Museu Amazônico, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2016. <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5569> Acesso em: 29 dez. 2023.

FERRETTI, F. Le fonds Reclus-Perron et le contesté franco-brésilien de 1900. **Terra Brasilis [Online]**, n. 2, 21 p., 2013. DOI: <https://doi.org/10.4000/terrabrasilis.766>
Acesso em: 03 abr. 2024.

FERRETTI, F. Imperial ambivalences. Histories of lady travellers and the French explorer Octavie Renard-Coudreau (1867-1938). **Geografiska Annaler**, v. 99, n. 3, p. 238-255, 2017a.
<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/04353684.2017.1353887> Acesso em: 05 ago. 2023.

FERRETTI, F. Tropicality, the unruly Atlantic and social utopias: the French explorer Henri Coudreau (1859-1899). **Singapore Journal of Tropical Geography**, v. 38, n. 3, 2017b. <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/sjtg.12209/full> Acesso em: 05 ago. 2023.

FERRETTI, F. History and philosophy of geography III: Global histories of geography, statues that must fall and a radical and multilingual turn. **Progress in Human Geography**, n. 46, p. 716-725, 2022a.
<https://cris.unibo.it/handle/11585/843127> Acesso em: 28 mai. 2024.

FERRETTI, F. Geopolíticas da descolonização: As diplomacias subalternas da África lusófona (1961-1974). **Terra Brasilis [On line]**, n. 17, p. 1-29, 2022b.
<https://cris.unibo.it/handle/11585/910829> Acesso em: 27 mai. 2024.

GADENNE, C. **Le Chemin de la Civilisation. Réflexions autour de la perception des indiens du Brésil par les voyageurs français (1843-1906)**. Tese (Doctorat en Langues, Litteratures et Civilisations Romanes: Portugais) - École Doctorale Lettres, Langues, Spectacles, Université Paris Ouest Nanterre La Défense, Nanterre, 2012.
<https://bdr.parisnanterre.fr/theses/internet/2012PA100088.pdf> Acesso em: 05 ago. 2023.

GARCIA-RAMON, M. D. Geografía del género y los espacios de encuentro colonial: una nueva mirada a las narrativas de viaje. **Debate Feminista**, n. 51, p. 50-62, 2016.
https://debatefeminista.cieg.unam.mx/df_ojs/index.php/debate_feminista/issue/view/40 Acesso em: 27 mar. 2024.

GARCIA-RAMON, M. D.; NOGUÉ, J.; ZUSMAN, P. (Orgs.). **Una mirada catalana a l'Àfrica**. Viatgers i viatgeres dels segles XIX i XX (1869-1936). Lleida: Pagès Editors, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002

GOLLEDGE, R. G. The Nature of Geographic Knowledge. **Annals of the Association of American Geographers**, v. 92, n. 1, p. 1-14, 2002.
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1111/1467-8306.00276> Acesso em: 30 mai. 2024.

GONÇALVES, R. J. A. F. Capitalismo extrativista na América Latina e as contradições da mineração em grande escala no Brasil. **Cadernos Prolam/USP**, v. 15, n. 29, p.38-55, jul/dez. 2016. <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/133593>
Acesso em: 26 nov. 2023.

GONZALES, J. 'Accroite la masse des connaissances positives sur le Globe': la Société de Géographie au XIX^e siècle. *In*: BLAIS, H.; LOISEAUX, O. (Orgs.).

Visages de l'exploration au XIX^e siècle. Du mythe à l'histoire. Paris: BnF Éditions, 2022, p. 27-33.

GOVERNO DA PROVINCIA. **Amasonas** (expediente do mez de outubro de 1866). Manaus, 16 fev. 1867.

<https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=164992&pesq=sucundury&f=memoria.bn.br&pagfis=61> Acesso em: 22 dez. 2023.

HARDMAN, F. F. **A vingança da Hileia**: Euclides da Cunha, a Amazônia e a literatura moderna. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

HUBER, J. Mattas e madeiras amazônicas. **Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de Historia Natural e Ethnographia**, v. VI, p. 91-225, 1909.

<https://bndigital.bn.br/acervo-digital/boletim-museu-paraense/424692> Acesso em: 28 dez. 2023.

LE GENTIL, G. Manual bibliográfico de estudos brasileiros. **Bulletin Hispanique**, v. 52, n. 3, p. 277-283, 1950. www.persee.fr/doc/hispa_0007-4640_1950_num_52_3_3233_t1_0277_0000_1

Acesso em: 29 dez. 2023.

LEFEBVRE, C. Explorateurs, exploratrices et figures invisibles. *In*: BLAIS, H.; LOISEAUX, O. (Orgs.). **Visages de l'exploration au XIX^e siècle**. Du mythe à l'histoire. Paris: BnF Éditions, 2022, p. 71-90.

LEITE, M. L. M. Mulheres viajantes no século XIX. **Cadernos Pagu**, n. 15, p. 129-143, 2015.

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8635570>.

Acesso em: 31 jul. 2024.

LIRA, L. A. de. Geo-história dos saberes. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 98, p. 96-110, 2018. <https://publicacoes.agb.org.br/boletim-paulista/article/view/1076>

Acesso em: 01 dez. 2023.

LIVINGSTONE, D. **The Geographical Tradition**. Episodes in the history of a contested enterprise. Oxford: Blackwell, 1992.

LIVINGSTONE, D. **Putting science in its place**. Geographies of scientific knowledge. Chicago: University of Chicago Press, 2003.

MACHADO, L. O. Origens do pensamento geográfico no Brasil: meio tropical, espaços vazios e a idéia de ordem (1870-1930). *In*: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001, p. 309-352.

MALCHER, J. M. da G. **Tribos da área amazônica**. Belém: Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), 1958.

MORAES, A.C.R. Notas sobre identidade nacional e institucionalização da Geografia no Brasil. **Estudos Históricos**, n. 8, p. 66-176, 1991.

MORAES, A. C. R. **Bases para a formação do Brasil**. O território colonial brasileiro no 'longo século' XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. Espaço, cultura e política no Brasil. 5 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAES, A. C. R. **Território e história no Brasil**. 3 ed. São Paulo: Annablume, 2008.

MORAES, A. C. R. **Geografia histórica do Brasil**: cinco ensaios, uma proposta e uma crítica. São Paulo: Annablume, 2009.

PEREIRA, S. N. Obsessões geográficas: viagens, conflitos e saberes no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro. **Revista da SBHC**, v. 3, n. 2, p. 112-124, 2005. https://www.sbh.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=134 Acesso em: 23 dez. 2023.

PRATT, M. L. **Imperial Eyes**: travel writing and transculturation. London: Routledge, 1992.

ROCHA, B. G. da. **Ipi Ocemumuge: a regional archaeology of the Upper Tapajós River**. Tese (PhD in Archaeology) – Institute of Archaeology University College London, London, 2017.

RODRIGUES, J. B. **Exploração dos rios Urubú e Jatapú**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1875. <https://bdib.bn.gov.br/acervo/handle/20.500.12156.3/426622> Acesso em: 28 nov. 2023.

ROMANI, C. Algumas geografias sobre a fronteira franco-brasileira. **Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 1, p. 43-64, 2008. <https://revistas.ufg.br/atelie/issue/view/565> Acesso em: 29 ago. 2023.

ROMERO MORALES, Y. La otredad femenina en la narrativa colonial escrita por mujeres: Spivak y los feminismos postcoloniales. **Cuestiones de género: de la igualdad y la diferencia**, (n. 12, p. 39-53, 2017). <https://doi.org/10.18002/cg.v0i12.4132> Acesso em: 30 nov. 2023.

RONDON, C. M. da S. **Conferencias** realizadas nos dias 5, 7 e 9 de outubro de 1915 pelo Sr. Coronel Cândido Mariano da Silva Rondon no Theatro Phenix do Rio de Janeiro sobre trabalhos da Expedição Roosevelt e da Comissão Telegraphica. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1916.

SAID, E. **Orientalismo**. O Oriente como invenção do Ocidente. 1ª reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SANTOS, S M. dos; MARINI, C. O olhar de uma francesa exploradora na Amazônia na virada do século XX: tradução comentada de Voyage au rio Curua, de Octavie Coudreau. **Cadernos de Tradução**, v. 42, n. 1, p. 426-442, 2022. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7968.2022.e90695> Acesso em: 08 ago. 2023.

SANTOS, S. M. dos; SALES, K. L. B. um rio entre línguas na tradução comentada do primeiro capítulo de 'Voyage au Maycurú', de Octavie Coudreau. **Cadernos de**

Tradução, v. 43, n. 2, p. 513-526, 2023.

<https://www.scielo.br/j/ct/a/4pXKwxNfTPB3gnDgBXmCd6r/?format=pdf&lang=pt>

Acesso em: 29 mai. 2024.

SAVAGE-LANDOR, A. H. **Across unknown South America**. London; New York; Toronto: Hodder and Stoughton, 1913.

SIMÕES, F. F. **Município de Alemquér**. Seu desenvolvimento moral e material e seu futuro. Estudos históricos e geográficos. Belém: Estado do Pará; Livraria Loyola, 1908.

SNETHLAGE, E. A travessia entre o Xingu e o Tapajoz. **Boletim do Museu Goeldi (Museu Paraense) de Historia Natural e Ethnographia**, v. VII, p.49-99, 1910.

<https://bndigital.bn.br/acervo-digital/boletim-museu-paraense/424692> Acesso em: 29 mai. 2024.

SOUSA FILHO, D. de. **O retrato dos Coudreau: índios, miscigenação e civilização através das lentes de um casal que percorreu a Amazônia em busca do 'bom selvagem' (1884-1899)**. Dissertação (Mestrado em História Social da Amazônia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2008. <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4258> Acesso: em 29 mai. 2024.

TORRES, M-H. C.; THOMÉ, B. B. Viagem ao (rio) Trombetas (7 de agosto de 1899 - 25 de novembro de 1899). **Cadernos de Tradução**, v. 43, n. esp. 2, p. 420-467, 2023. <https://periodicos.ufsc.br/index.php/traducao/article/view/96028/54506> Acesso em 07 jun. 2024

URGE PROVIDENCIAR. **Correio do Norte**. Manaus, ano II, n. 521, 20 ago. 1910. <https://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=228095&pesq=sucundury&f=memoria.bn.br&pagfis=2053> Acesso em: 04 jun. 2024.

ZOUEN, M. E. **A ideia de civilização nas fotografias, cartões postais e álbuns oficiais dos governos do Amazonas e Pará entre 1865 e 1908**. Tese (Doutorado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

https://minerva.ufrj.br/F/?func=direct&doc_number=000844061&local_base=UFR01 Acesso em: 04 jun. 2024.



Revista Geonorte, Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Amazonas. Manaus-Brasil. Obra licenciada sob Creative Commons Atribuição 3.0